

BREVE HISTÓRICO DA MAÇONARIA NO BRASIL Brief history of Freemasonry in Brazil

PANTANO FILHO, Rubens

Faculdade de Tecnologia César Lattes

Resumo: o presente artigo tem por objetivo uma breve análise da Maçonaria, com seus paradigmas, ritos, forma de organização e de trabalho. Em particular, analisa-se seu surgimento no cenário nacional, sua participação em importantes eventos históricos e sua organização atual no Brasil.

Palavras-chave: Maçom, Maçonaria, Lojas Maçônicas, Maçonaria no Brasil.

Abstract: this article aims at a brief analysis of Freemasonry, with its paradigms, rites, organization and work forms. In particular, we analyze its emergence on the national scene, his participation in major historical events and their current organization in Brazil.

Keywords: Freemason, Freemasonry, Masonic Lodge, Freemasonry in Brazil.

Lapidar a pedra para construir o Templo

O termo Maçonaria provém do francês *maçonnerie* ou do inglês *masonry* que significam construção (ASLAN, 1997). Etimologicamente, o termo *maçom* teve origem no francês *maçon*, que vem do frâncico *makyo*, e que literalmente significa “pedreiro” (TAVARES, 2006).

Em tempos atuais, pode-se definir Maçonaria como sendo uma associação universal de homens livres e de bons costumes – como se costuma dizer na Irmandade – (CAMINO, 1996) que trabalham para o aperfeiçoamento da sociedade humana e que têm como paradigma os princípios da Liberdade, Igualdade e Fraternidade. A Ordem admite em seus quadros homens de todas

as raças e nacionalidades, sem distinção de credo ou posicionamento político (VILLANOVA, 1981). Uma exigência tem que ser necessariamente obedecida para o ingresso na Irmandade: que se acredite em um ente supremo, o Grande Arquiteto do Universo, na linguagem maçônica (PELLEGRINO NETO, 2010).

Tendo sido, no passado, uma sociedade secreta, diz-se hoje, também pelos seus membros, em pleno século XXI, que a Maçonaria é uma sociedade discreta, considerada uma ordem iniciática, filosófica, filantrópica, progressista e evolucionista (GRANDE ORIENTE DO BRASIL, 2001a). Congregando homens por todo o planeta, a Maçonaria conta, atualmente, com mais de cinco milhões de membros (KNIGHT; LOMAS, 2004).

Origens e paradigmas

Na literatura, encontram-se, entre outras, três sólidas teorias sobre o surgimento da Maçonaria e que têm sido consideradas pelos historiadores:

- a) que foi criada como resultado de acontecimentos durante a construção do Templo do Rei Salomão;
- b) que é o desenvolvimento das guildas de pedreiros da Idade Média, a partir das quais os conhecimentos operativos para o trabalho na pedra foram traduzidos para os conhecimentos especulativos para o trabalho de desenvolvimento moral;
- c) que os rituais maçônicos se originam diretamente da Ordem dos Cavaleiros Templários (KNIGHT; LOMAS, 2004).

Conforme revela sua nomenclatura, a Maçonaria está associada aos pedreiros ou às construções, sejam elas as construções medievais ou a construção do Templo de Salomão. Essa associação está imortalizada no símbolo universal da Ordem: um compasso por sobre um esquadro, dois típicos instrumentos de construtores. Além desses dois utensílios de artesãos construtores, na simbologia maçônica também aparecem, entre outros, a alavanca, o avental, o cinzel, a corda, o lápis, o maço (malhete), o prumo, a

régua, a trolha (pá do pedreiro), todos eles com importantes significados na ritualística maçônica.



Ilustração 1- Símbolo universal da Maçonaria

Concentrando-se apenas no período mais recente da Fraternidade, a partir do século XVII, ou seja, a fase da Maçonaria Moderna ou Especulativa, um marco importante para a Ordem é a publicação da chamada Constituição de Anderson, em 1723, uma espécie de carta magna da Irmandade, que leva o nome de um de seus colaboradores, o protestante James Anderson. Na constituição de Anderson encontram-se, entre outras interpretações, a história da Maçonaria, as regras para constituição de novas Lojas, as obrigações do maçom e as normas gerais da Ordem (VIEIRA, 2001).

A Maçonaria Universal é regida pelos chamados *Landmarks* da Ordem (vide final do capítulo), que são considerados as mais antigas leis que a conduzem. Diz-se na Instituição que os Regulamentos, os Estatutos e outras Leis podem ser revogados, modificados ou anulados. Ao contrário, os *Landmarks* jamais poderão sofrer qualquer alteração. Não se sabe exatamente quando esses paradigmas foram estabelecidos, sendo que a relação de *Landmarks* atualmente utilizada é a que foi elaborada pelo americano Albert Mackey (1807 – 1881) e que contempla 25 leis (KARG; YOUNG, 2007; SANTOS, A. E. et al., 2004).

Os segredos

Os membros da fraternidade tratam-se por Irmãos, reconhecem-se por sinais, toques e palavras que mantêm restritos aos iniciados. Não obstante o juramento de manter toda ritualística em segredo, hoje esses tais “segredos” da Ordem são conhecidos e publicados em círculos mais amplos, fora da instituição, no mundo profano como dizem os maçons. Com relação ao segredo na Maçonaria, Vieira (2001) faz o seguinte comentário:

A finalidade básica do segredo é proteger tanto a sociedade maçônica como o grupo de pessoas e as ideias que a compõem; todavia, ele extrapola esse objetivo, passando a se constituir, psicologicamente, em uma ferramenta de união entre seus membros uma vez que os isola e, mais ainda, os diferencia do restante dos homens. O segredo se constitui em um elemento de fortalecimento interno, desenvolvendo o espírito de coletividade.

Segundo Figueiredo (1990), o compromisso de sigilo que presta o candidato quando de seu ingresso na Ordem teve sua origem na Idade Média, quando a Irmandade esteve exposta a implacáveis perseguições, que levaram muitos de seus membros ao martírio e à fogueira.

O trabalho filantrópico

A filantropia é um dos principais motores da atuação dos maçons no Brasil. Importantes trabalhos sociais têm sido desenvolvidos pelas Lojas Maçônicas (MOREL; SOUZA, 2008). Essas nobres ações realizadas pelas instituições maçônicas decorrem de um de seus principais paradigmas, a Fraternidade. Em todas as cidades nas quais as Lojas são instaladas, via de regra essas associações encampam trabalhos sociais de ajuda às pessoas necessitadas de algum tipo de auxílio.

Na cidade de Indaiatuba/SP, por exemplo, a Loja Maçônica Ordem e Progresso CL tem a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE -

como entidade sob seus olhares e cuidados, sendo que vários irmãos têm dedicado tempo e energia à instituição, referência regional no trabalho com portadores de necessidades especiais. Outro exemplo que também se destaca é o trabalho da Loja Maçônica Regente Feijó 3ª frente ao Lar e Creche Mãezinha, instituição que cuida de crianças oriundas de famílias carentes, na cidade de Itu/SP. Na mesma cidade, a Escola de Cegos Santa Luzia é outra entidade mantida pela Loja Maçônica Convenção de Itu. Assim como esses, inúmeros outros exemplos poderiam ser aqui registrados, ilustrando o papel filantrópico desempenhado pelas Lojas Maçônicas.

As Lojas e as Obediências

Os locais onde os maçons se reúnem e periodicamente realizam suas sessões são denominados Templos. O termo Loja também pode ser utilizado para a identificação desses locais, no entanto, na Maçonaria a palavra Loja deve ser entendida como um grupamento particular de maçons, uma entidade coletiva definida, que tem sua vida própria, seu espírito particular (BOUCHER, 1997). Uma Loja tem de ser constituída por, pelo menos, sete Maçons colados no grau de Mestre (GRANDE ORIENTE DO BRASIL, 2001a). Cada Loja Maçônica elege, entre seus membros, e para um determinado período, o Venerável Mestre, que então preside os trabalhos da mesma. Além do Venerável Mestre, outros Irmãos ocupam cargos na administração da Loja, tais como o 1º Vigilante, o 2º Vigilante, o Orador, o Secretário, entre outros (GRANDE ORIENTE DO BRASIL, 2001b).

As Lojas Maçônicas por sua vez se aglutinam em federações de Lojas, ou seja, em Obediências ou Potências Maçônicas, em geral denominadas de Grande Loja, Grande Oriente ou simplesmente Ordem Maçônica. Um Grande Oriente é uma federação que agrupa diversos Ritos, enquanto uma Grande Loja é uma federação de Lojas que trabalham no mesmo Rito, apesar de no Brasil essa normativa não estar sendo seguida à risca (BOUCHER, 1997; JAKOBI, 2007). Essas unidades administrativas agrupam diversas Lojas, têm estatutos característicos e propagam os mesmos ideais.

No Brasil, existem atualmente quatro grandes Obediências Maçônicas: o GOB - Grande Oriente do Brasil, com seus Grandes Orientes Estaduais; a CMSB - Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil, que congrega as Grandes Lojas Estaduais; a COMAB – Confederação Maçônica Brasileira, também com os Grandes Orientes Estaduais Independentes; e a COMUB - Confederação da Maçonaria Universal Unida no Brasil, que também conta com representações nos vários estados do país.

Ritos e Graus

A Maçonaria divide-se num certo número de Ritos que diferem entre si por alguns detalhes particulares (BOUCHER, 1997). E é nos rituais que se pode encontrar a expressão da tradição, bem como as formas de transmissão que asseguram a filiação iniciática (LEPAGE, 1997). O Rito Maçônico é o alicerce ou a espinha dorsal da Maçonaria, em qualquer de suas ramificações. Há Ritos que possuem uma estrutura mais complexa de liturgia, simbolismo e ritualística, enquanto outros são bastante simples (CARVALHO, 1993a). Os Ritos ou procedimentos ritualísticos são métodos utilizados para a transmissão dos ensinamentos e organização das cerimônias maçônicas, que são sempre praticadas em locais apropriados. Seja de que Rito for, um maçom é considerado irmão de todos os demais maçons do planeta. Entre os principais ritos, destacam-se: Rito Escocês Antigo e Aceito, Rito de York, Rito de Schröder, Rito Moderno, Rito Brasileiro e Rito Adonhiramita. Atualmente, são praticados mais de 200 ritos, sendo que o Rito de York e o Rito Escocês Antigo e Aceito são os mais utilizados no mundo (PELLEGRINO NETO, 2010). Há também outros ritos maçônicos, menos comuns, que se destacam por abordagens mais esotéricas e espiritualistas. Entre esses, está o Rito Misraim e também o Rito de Memphis (SANTOS, S. D., 1984a).

Em todos os países onde está instalada, a Maçonaria utiliza um sistema de graus para transmitir seus ensinamentos aos iniciados, sendo isso feito por meio de símbolos, gestos e palavras. Assim é que também se pode dizer que a

Maçonaria é um sistema peculiar de Moral, oculto por alegorias e ilustrado por símbolos (KNIGHT; LOMAS, 2004).

A Maçonaria compreende três graus simbólicos: Aprendiz, Companheiro e Mestre. Esses três primeiros graus são obrigatórios e estão previstos nos chamados *Landmarks* da Ordem. Dependendo do rito adotado, há um conjunto de outros graus de aperfeiçoamento, denominados Graus Filosóficos, em geral de caráter optativo. O número de graus superiores pode ser maior ou menor, variando de um rito para outro (COSTA, 1994). O Rito Escocês Antigo e Aceito, por exemplo, prevê um sistema com 33 graus; já no Rito de York, são apenas 13. A Tabela 1 ilustra o sistema de Graus dos vários Ritos praticados no Brasil.

Tabela 1 – Ritos praticados no Brasil e seus Graus

Rito Maçônico	Sistema
Rito Escocês Antigo e Aceito	33 graus
Rito Brasileiro	33 graus
Rito de Emulação ou de York	3 ou 13 graus
Rito de Schröder	3 graus
Rito Moderno	7 graus
Rito Adonhiramita	33 graus
Rito Escocês Retificado	9 graus

Rito Escocês Antigo e Aceito

Alguns autores consideram que o Rito nasceu na França, quando a viúva de Carlos I, que fora decapitado em 1649, por ordem de Cromwell, aceitou asilo em Saint-Germain-en-Laye, para lá se retirando com seus regimentos escoceses e irlandeses e os demais membros da nobreza, principalmente escocesa, que passaram a trabalhar pela restauração do trono. Consta então que o Rito teria sua origem em uma Loja, constituída em março de 1688, no regimento chamado de Guardas Irlandeses, criado anos antes, em 1661. Assim, o termo escocês não designava uma nacionalidade, mas sim os partidários dos Stuarts, escoceses em sua maioria (JAKOBI, 2007).

Após a criação da Grande Loja de Londres, em 1717, existiam na França dois ramos maçônicos: a Maçonaria escocesa e stuartista, ainda com Lojas livres, e a inglesa com Lojas ligadas à Grande Loja. A Maçonaria

escocesa, mais pujante, resolveu, em 1735, escolher um Grão-Mestre, adotando o regime obediencial, o que levaria à fundação da Grande Loja da França (Grande Oriente de 1772), embora esta designação só apareça em 1765. O escocesismo, na realidade, só se concretizou com a introdução daquilo que seria a sua característica máxima, os Altos Graus, através de uma entidade denominada “Conselhos dos Imperadores do Oriente e do Ocidente”. Este Conselho criou o Rito de Perfeição ou de Heredom, com 25 graus, o qual, incorporado ao escocesismo, deu origem a uma escala de 33 graus. O Rito teria sido levado para São Domingos (Haiti), por volta de 1761. Da colônia francesa, o Rito foi levado para Charleston, na Carolina do Sul, entre 1795 e 1801, por dois franceses, De Grasse-Tilly e De La Hogue, onde se instalou com vigor (CARVALHO, 1993b; JAKOBI, 2007).

A denominação de “Antigo e Aceito” tem origem no fato de, em 1739, vários Irmãos terem deixado a Grande Loja de Londres, unindo-se em outra Grande Loja com base no sistema de York. Mais tarde, esses Irmãos reivindicaram a denominação de Grande Loja do Regime Escocês Antigo, conseguindo o reconhecimento das Grandes Lojas da Escócia e da Irlanda. Posteriormente, ao nome foi acrescentado o termo “Aceito” (SANTOS, S. D., 1997b).

O Rito Escocês Antigo e Aceito é hoje o Rito mais praticado no mundo. No Brasil, é o utilizado por cerca de 90% das Lojas maçônicas brasileiras, sendo seus Altos Graus vinculados ao Supremo Conselho do Brasil para o Grau 33 do Rito Escocês Antigo e Aceito.

Rito Brasileiro

Esse Rito foi criado em 1878, pelo Ir.: José Firmo Xavier, em Pernambuco. No início, privilegiando os brasileiros natos e defendendo a religião católica, por essas irregularidades o rito não prosperou. Na verdade, a existência legal do Rito Brasileiro data de 23 de dezembro de 1914, quando foi publicado o Decreto nº. 500, do então Grão-Mestre do Grande Oriente do

Brasil, Lauro Sodré. Em 17 de outubro de 1916, através do Decreto nº. 536, o Rito foi aprovado definitivamente pelo GOB, após deliberação da Soberana Assembléia Geral. Após uma cisão no GOB, em 1921, o Rito desapareceria desse Grande Oriente, para ressurgir em 1940. Mais tarde, em 1968, pelo Decreto nº. 2.080, o Grão-Mestre do GOB, Álvaro Palmeira, determina uma revisão na constituição do Rito, adequando-o às exigências internacionais de regularidade. Hoje, o Rito está bem estruturado, sendo que mais de uma centena de Lojas simbólicas o praticam. É o segundo Rito mais praticado no Brasil e também compreende trinta e três Graus. O Supremo Conclave do Rito Brasileiro, instalado em 1941, é o responsável pelos Altos Graus do Rito, e tem sede no Oriente do Rio de Janeiro (JAKOBI, 2007).

Rito de York

Este Rito, também denominado de Rito do Real Arco ou de Emulação, é considerado bastante antigo, sendo que primeiramente parece ter funcionado de forma secreta em Lojas Irlandesas e Escocesas. Em 1777, foi introduzido em Londres, com o estabelecimento de um Grande Capítulo do Real Arco. Na Inglaterra, antes da unificação da Grande Loja (os Modernos) com a Loja de York (os Antigos), havia um cisma entre os Antigos e os Modernos, que durou até 1813, quando as duas fundiram-se formando a Grande Loja Unida da Inglaterra, que adotou o Rito dos Antigos de York, ou Rito de Emulação. Atualmente, é o Rito mais praticado nas Lojas dos EUA, sob a denominação de Rito de York, com diferenças em relação ao praticado na Inglaterra, sob a denominação de Rito de Emulação. O primeiro compreende treze Graus, o segundo somente os três graus simbólicos. No Brasil, as Lojas das Grandes Lojas Estaduais adotam o Rito de Emulação, sendo que as federadas ao GOB utilizam o Rito de York (PELLEGRINO NETO, 2010).

Rito de Schröder

Rito de origem alemã, criado por Friedrich Ludwig Schröder, em 1801. Incomodado com as tentativas da Igreja Católica de estabelecer poder sobre a Maçonaria, Schröder começou a pesquisar os rituais maçônicos da época, criando então aquele que seria consagrado com seu nome. O Rito logo conquistou numerosas Lojas em toda a Alemanha e também em outros países, principalmente por maçons de origem alemã. O primeiro exemplar do Ritual foi publicado em 1816. É um Rito que trabalha apenas nos três graus simbólicos, ou seja, não possui os denominados Altos Graus. O Rito apresenta uma Liturgia bastante simplificada, o Templo também é bem simples e são poucos os cargos e paramentos. No Brasil, experimentou expressivo crescimento a partir de 1995. Em 1997, foi fundado o Colégio de Estudos do Rito de Schröder de Florianópolis, no estado brasileiro com significativa presença de descendentes de alemães (JAKOBI, 2007; PELLEGRINO NETO, 2010).

Rito Moderno

O Rito Moderno foi criado na França, em 1761, e reconhecido pelo Grande Oriente da França em 1773. Em 1786, o Rito foi reformado com o estabelecimento de sete graus, contrapondo-se ao Rito Escocês, com maior número de Graus. Em 1817, uma grande reforma doutrinária suprimiu a obrigatoriedade da crença em Deus, não como afirmação do ateísmo, mas por respeito à liberdade religiosa e de consciência. O Grande Oriente da França queria demonstrar com isso o máximo de zelo para com os seus filiados, rejeitando qualquer afirmação dogmática. O Rito logo se espalhou por toda a França, pela Bélgica, pelas colônias francesas e pelos países latino-americanos, incluindo o Brasil. No início do século XIX, na fundação do Grande Oriente do Brasil, em 1822, o Rito Moderno foi adotado, antes mesmo do Rito Escocês que seria introduzido em 1832. O Rito compõe-se de sete Graus (FIGUEIREDO, 1990).

Rito Adonhiramita

O Rito nasceu na França, no século XVIII, de uma teoria aceita pelos franceses de que Adonhiran, ao invés de Hiram Abif, teria sido o arquiteto responsável pela construção do Templo de Salomão. Entre 1781 e 1782, Louis Guillemain de Saint Vitor publicou um livro com um resumo de quatro graus para esse novo Rito. Em 1787, uma nova publicação do mesmo autor, acrescentou mais oito graus; em 1785, teria sido acrescentado o décimo terceiro Grau. O Rito Adonhiramita, depois de uma época de grande expansão, acabou desaparecendo no resto do mundo, sendo hoje praticado somente no Brasil, onde foi um dos primeiros Ritos a ser praticado, juntamente com o Rito Moderno. O Rito Adonhiramita é um dos mais complexos e de maior beleza cênica, compondo-se atualmente de trinta e três Graus. Os Graus superiores estão subordinados ao chamado Sublime Grande Capítulo, para as Lojas dos Grandes Orientes Independentes ou ao Excelso Conselho da Maçonaria Adonhiramita para as Lojas federadas ao GOB (FIGUEIREDO, 1990; JAKOBI, 2007).

Rito Escocês Retificado

O Rito Escocês Retificado foi constituído na França no final do século XVIII, provavelmente como uma derivação do Rito da Estrita Observância. É um Rito de características essencialmente cristãs. De sua criação para cá, suas cerimônias não foram muito alteradas, de modo que quem o assistiu tem a impressão de que fez uma viagem no tempo. Permaneceu quase esquecido durante o século XIX, ressurgindo depois dos anos 60 do século passado. No Brasil, o Rito é praticado em Lojas ligadas às Grandes Lojas Estaduais, com um sistema de nove Graus (CARVALHO, 1993b).

Os *Landmarks* da Ordem

I - Os processos de reconhecimento são os mais legítimos e inquestionáveis de todos os *Landmarks*. Não admitem mudança de qualquer

espécie; desde que isso se deu, funestas consequências posteriores vieram demonstrar o erro cometido.

II - A divisão da Maçonaria Simbólica em três graus - Aprendiz, Companheiro e Mestre - é um *Landmark* que, mais que qualquer outro, tem sido preservado de alterações apesar dos esforços feitos pelo daninho espírito inovador.

III - A lenda do terceiro grau é um *Landmark* importante, cuja integridade tem sido respeitada. Nenhum rito existe na Maçonaria, em qualquer país ou em qualquer idioma, em que não sejam expostos os elementos essenciais dessa lenda. As fórmulas escritas podem variar, e na verdade variam; a lenda do Construtor do Templo de Salomão, porém, permanece em essência. Qualquer rito que a exclua ou a altere substancialmente, deixará de ser um Rito Maçônico.

IV - O Governo da Fraternidade por um Oficial que é seu presidente, denominado Grão-Mestre, eleito pelo povo maçônico, é o quarto *Landmark* da Ordem Maçônica. Muitos pensam que a eleição do Grão-Mestre se pratica por ser estabelecida em lei ou regulamento, mas nos anais da Instituição encontram-se Grão-Mestres muito antes de existirem Grandes Lojas, e se todos os Regulamentos e Constituições fossem abolidos, sempre seria mister a existência de um Grão-Mestre.

V - A prerrogativa do Grão-Mestre de presidir todas as reuniões maçônicas, feitas onde e quando se fizerem, é o quinto *Landmark*. É em virtude dessa lei, de antiga usança e tradição, que o Grão-Mestre ocupa o Trono e preside todas as sessões da Grande Loja, assim como quando se ache presente à sessão de qualquer Loja subordinada à autoridade maçônica de sua obediência.

VI - A prerrogativa do Grão-Mestre de conceder licença para conferir graus em tempos anormais, é outro importantíssimo *Landmark*. Os estatutos e leis maçônicas exigem prazos, que devem transcorrer entre a proposta e a

recepção do candidato, porém o Grão-Mestre tem o direito de dispensar esta ou qualquer exigência, e permitir a Iniciação, a Elevação ou Exaltação imediata.

VII - A prerrogativa que tem o Grão-Mestre de dar autorização para fundar e manter Lojas é outro importante *Landmark*. Em virtude dele, o Grão-Mestre pode conceder a um número suficiente de Mestres-Maçons o privilégio de se reunir e conferir graus. As Lojas assim constituídas chamam-se "Lojas Licenciadas". Criadas pelo Grão-Mestre só existem enquanto ele não resolva o contrário, podendo ser dissolvidas por ato seu. Podem viver um dia, um mês ou seis. Qualquer que seja, porém, o prazo de sua existência, exclusivamente ao Grão-Mestre a deve.

VIII - A prerrogativa do Grão-Mestre de criar Maçons por sua deliberação é outro *Landmark* importante. O Grão-Mestre convoca em seu auxílio seis outros Mestres-Maçons, pelo menos, forma uma Loja e sem uma forma prévia confere os graus aos candidatos, findo o que, dissolve a Loja e despede os Irmãos. As Lojas assim convocadas por este meio são chamadas "Lojas de Emergência" ou "Lojas Ocasionalis".

IX - A necessidade de se congregarem os Maçons em Lojas é outro *Landmark*. Os *Landmarks* da Ordem prescrevem sempre que os Maçons deveriam congregarem-se com o fim de entregar-se a tarefas operativas e que às suas reuniões fosse dado o nome de "Lojas". Antigamente, eram estas reuniões extemporâneas, convocadas para assuntos especiais e logo dissolvidas, separando-se os Irmãos para de novo se reunirem em outros pontos e em outras épocas, conforme as necessidades e as circunstâncias exigissem. Cartas Constitutivas, Regulamentos Internos, Lojas e Oficinas permanentes e contribuições anuais são inovações puramente modernas de um período relativamente recente.

X - O Governo da Fraternidade, quando congregada em Loja, por um Venerável e dois Vigilantes é outro *Landmark*. Qualquer reunião de Maçons congregados sob qualquer outra direção, como, por exemplo, um presidente e dois vice-presidentes, não seria reconhecida como Loja. A presença de um Venerável e dois Vigilantes é tão essencial para a validade e legalidade de uma

Loja que, no dia de sua consagração, é considerada como uma Carta Constitutiva.

XI - A necessidade de estar uma Loja a coberto, quando reunida, é outro importante *Landmark* que não deve ser descurado. O cargo de Guarda do Templo, que vela para que o local da reunião seja absolutamente vedado à intromissão de profanos, independe, pois, de qualquer Regulamento ou Constituição.

XII- O direito representativo de cada Irmão nas reuniões da Fraternidade é outro *Landmark*. Nas reuniões gerais, outrora chamadas "Assembléias Gerais", todos os Irmãos, mesmo os Aprendizes, tinham o direito de tomar parte. Nas Grandes Lojas, hoje, só tem direito de assistência os Veneráveis e Vigilantes, na qualidade, porém, de representantes de todos os Irmãos das Lojas. Antigamente, cada Irmão se auto-representava. Hoje, são representados pelas Luzes de sua Loja. Nem por motivo dessa concessão, feita em 1817, deixa de existir o direito de representação firmado por este *Landmark*.

XIII - O direito de recurso de cada Maçom das decisões de sua Loja para a Grande Loja, ou Assembléia Geral dos Irmãos, é um *Landmark* essencial para a preservação da Justiça e para prevenir a opressão.

XIV - O direito de todo Maçom visitar e tomar assento em qualquer Loja é um inquestionável *Landmark* da Ordem. É o consagrado "Direito de Visitação", reconhecido e votado universalmente a todos os Irmãos que viajam pelo orbe terrestre. É a consequência do modo de encarar as Lojas como meras divisões da família maçônica.

XV - Nenhum Irmão desconhecido dos Irmãos da Loja pode a ela ter acesso como visitante sem que primeiro seja examinado, conforme os antigos costumes, e como tal reconhecido. Este exame somente pode ser dispensado se o Irmão visitante for conhecido por algum Irmão da Loja, o qual por ele será responsável.

XVI - Nenhuma Loja pode intrometer-se em assunto que diga respeito à outra, nem conferir graus a Irmãos de outros Quadros.

XVII - Todo Maçom está sujeito às leis e aos regulamentos da jurisdição maçônica em que residir, mesmo não sendo, aí, obreiro de qualquer Loja. A inafiliação constitui, por si própria, uma falta maçônica.

XVIII - Por este *Landmark*, os candidatos à Iniciação devem ser isentos de defeitos ou mutilações, livres de nascimento e maiores. Uma mulher, um aleijado ou um escravo não podem ingressar na Fraternidade.

XIX - A crença no Grande Arquiteto do Universo é um dos mais importantes *Landmarks* da Ordem. A negação dessa crença é impedimento absoluto e irremovível para a Iniciação.

XX - Subsidiariamente à crença em um Ente Supremo, é exigida, para a Iniciação, a crença numa vida futura.

XXI - Em Loja, é indispensável a presença, no Altar, de um Livro da Lei, no qual se supõe, conforme a crença, estar contida a vontade do Grande Arquiteto do Universo. Não cuidando a Maçonaria de intervir nas peculiaridades da fé religiosa dos seus membros, o Livro da Lei pode variar conforme o credo. Exige, por isso, este *Landmark* que um Livro da Lei seja par indispensável das alfaias de uma Loja Maçônica.

XXII - Todos os Maçons são absolutamente iguais dentro da Loja, sem distinção de prerrogativas profanas, de privilégios que a sociedade confere. A Maçonaria a todos nivela nas reuniões maçônicas.

XXIII - Este *Landmark* prescreve a conservação secreta dos conhecimentos havidos pela Iniciação, tanto os métodos de trabalho como suas lendas e tradições, que só devem ser comunicados a outros Irmãos.

XXIV - A fundação de uma ciência especulativa, segundo métodos operativos, o uso do simbolismo e a explicação dos ditos métodos e dos termos neles empregados, com o propósito de ensinamento moral, constitui outro *Landmark*. A preservação da Lenda do Templo de Salomão é outro fundamento deste *Landmark*.

XXV - O último *Landmark* é o que afirma a inalterabilidade dos anteriores, nada lhes podendo ser acrescentado ou retirado, nenhuma modificação podendo ser-lhes introduzida. Assim como de nossos antecessores os recebemos, assim os devemos transmitir aos nossos sucessores - *Nolumus est leges mutari*.

Protagonista em importantes eventos

Ao longo da história, a Maçonaria esteve presente em vários acontecimentos importantes no mundo todo e no Brasil em particular. Essa participação se deu ora com maior, ora com menor intensidade, de forma institucional ou simplesmente pela participação individual de alguns de seus membros. A Revolução Francesa (1789-1799), a Independência dos Estados Unidos da América (1776) e também a de vários países latino-americanos são importantes eventos que contaram com a participação de maçons. No Brasil, episódios como a Conjuração Mineira (1789), a Independência do Brasil (1822), a Libertação dos Escravos (1888) e a Proclamação da República (1889) são alguns dos importantes eventos nacionais nos quais os maçons estiverem presentes, de uma forma ou de outra (MOREL; SOUZA, 2008).

Nesses eventos destacaram-se figuras importantes, todas ligadas à Fraternidade Universal. No cenário nacional, pode-se citar José Bonifácio de Andrada e Silva, Joaquim Gonçalves Lêdo, Frei Caneca, Deodoro da Fonseca, Quintino Bocaiuva, Benjamin Constant, Aristides Lobo, Bento Gonçalves, Francisco Glicério, Campos Salles, Rui Barbosa, entre outros. No âmbito internacional José Martí, O'Higgins, Simón Bolívar, José de San Martín, George Washington, Benjamin Franklin e tantos outros (MOREL; SOUZA, 2008). Só pelos méritos pessoais desses ilustres personagens que deixaram suas marcas impressas na história, a Maçonaria merece consideração.

Literatura e conspiração

Marcada por luzes e trevas, a gênese da Maçonaria no Brasil ainda é pouco conhecida, entretanto, sabe-se que ela teve efetiva participação no processo de Independência e de construção do estado nacional brasileiro (SILVA, 2009). A penetração da Maçonaria e de seu ideário no Brasil ocorreu gradualmente, na transição do século XVIII para o XIX, tendo por foco os principais centros urbanos da colônia (TAVARES, 2006).

No período em que se iniciou o movimento cultural europeu do século XVIII, surgiram os primeiros focos de conspiração no Brasil, com a fundação de academias e também das chamadas arcádias, sociedades literárias da última fase do Classicismo. Originalmente criadas para o culto à poesia e à literatura, essas sociedades se transformaram em grupamentos de intelectuais que, sob o pretexto de produzir e divulgar a cultura, conspiravam contra a autoridade então estabelecida, guiados por ideais iluministas e republicanos (NAME, 2009). Pode-se dizer que, no Brasil, o movimento de Independência teve início no seio das sociedades secretas, que tanto tinham de literárias como políticas (ASLAN, 1997).

Segundo Tavares (2006, p. 69),

o curso de direito da Universidade de Coimbra e a Faculdade de Medicina de Montpellier, na França, se tornaram os grandes centros de formação da elite colonial brasileira e de propagação das ideias ilustradas, levando a uma inevitável contestação do absolutismo e de seu corolário, o antigo sistema colonial. Foram nesses centros que muitos colonos tiveram contato, pela primeira vez, com a Maçonaria.

Assim, no final do século XVIII e início do século XIX, intelectuais locais e estudantes brasileiros que retornavam ao Brasil, em geral após estudarem nas referidas universidades, engajaram-se na luta pela independência do Brasil, então província ultramarina de Portugal, com capital na cidade do Rio de Janeiro (FRANCIO, 2008). Naquele período, vários desses homens se congregaram em academias ou associações que se transformaram em focos de movimentos libertários. Entre elas, destacam-se, entre outras, a Academia Brasílica dos Esquecidos (1724) e a Academia Brasílica dos Renascidos (1759), ambas da Bahia; a Academia dos Felizes (1736), a Sociedade Literária (1786),

a Academia Científica (1771), as três no Rio de Janeiro; e a Academia Suassuna (1800), em Pernambuco (NAME, 2009).

É no contexto do surgimento dessas agremiações que se encontram os primeiros traços da maçonaria brasileira. Morel e Souza (2008) consideram que as primeiras referências maçônicas chegaram ao Brasil na segunda metade do século XVIII, através de homens que haviam sido iniciados na Europa. No entanto, os mesmos autores assinalam que somente no século XIX é possível registrar a Maçonaria funcionando de maneira regular em território brasileiro.

Na pauta dessas conspirações libertárias, um tema que tem propiciado acaloradas discussões entre historiadores maçons e não maçons é a participação da Maçonaria em um dos movimentos mais importantes do período pré-independência, a Conjuração Mineira. De um lado, historiadores maçons destacam o crucial papel da irmandade nesse conluio, de 1789, em Minas Gerais, assinalando inclusive que o mesmo faria parte de um movimento internacional, no qual também estariam inseridas a Revolução Francesa (1789) e a Independência dos Estados Unidos (1776). Esses relatos destacam a figura central de Tiradentes como ilustre membro da Maçonaria, bem como registram uma série de detalhes maçônicos do evento, entre os quais o triângulo presente na bandeira de Minas Gerais. De outro lado, historiadores não maçons não chegam a um consenso sobre o papel da Maçonaria na Conjuração. Entre esses, em um extremo, há os que consideram os maçons com um papel central na elaboração dos planos e, na outra extremidade, há também os que negam o caráter maçônico do movimento. De uma forma ou de outra, mesmo esses últimos reconhecem a presença de membros da Maçonaria nesse importante movimento mineiro (MOREL; SOUZA, 2008).

As primeiras Lojas

Retornando ao tema do surgimento da maçonaria brasileira, deve-se assinalar que alguns historiadores também consideram o Areópago de Itambé, fundado em Pernambuco, em 1796, como sendo a primeira agremiação

maçônica brasileira. Essa corporação teria sido fundada por Manuel de Arruda Câmara, intelectual brasileiro que havia estudado em Coimbra e também na França, em Montpellier. Embora sua existência seja contestada por alguns historiadores, as biografias de alguns personagens daquele período reconhecem ter existido uma agremiação onde eram promovidas reuniões para difusão de ideias libertárias e republicanas. Também desse período, outros estudiosos maçônicos citam a Loja Cavaleiros da Luz (ou Cavalheiros da Luz), que teria sido fundada em Salvador, por volta de 1797. Consta que, entre os membros dessa Loja, estaria Cipriano José Barata de Almeida, médico competente, ardoroso patriota, figura respeitada e destacada em vários movimentos de seu tempo. Consta também que os membros dessas duas agremiações participaram ativamente da Conjuração Baiana, de 1798, bem como da Revolução Pernambucana, de 1817 (NAME, 2009).

Morel e Souza (2008) ainda assinalam a opinião de historiadores que consideram a Loja Reunião, no Rio de Janeiro, como sendo a primeira Loja regular no Brasil, criada em 1801. Mas há ainda, segundo os mesmos autores, registros vagos da Loja União, também na mesma cidade, em 1800. Em 1803 ou 1804, teriam sido criadas, pelo Grande Oriente de Portugal, no Rio de Janeiro, duas outras associações: a Loja Constância e a Loja Filantropia. Na Bahia, teria surgido, em 1802, a Loja Virtude e Razão, reerguida posteriormente com o nome de Loja Humanidade. Na região norte fluminense, em Campos dos Goytacases, também foram instaladas três associações maçônicas: Loja Filosofia e Moral, Loja União Campista e Loja Firme União. Em 1812, em Niterói, RJ, também se registrou a presença da Loja Distintiva, essa já com a presença de um dos irmãos Andrada, o Antonio Carlos.

Também há registros da fundação, em novembro de 1815, da Loja Comércio e Artes, fundada por maçons comprometidos com o propósito de promover a independência política do Brasil. A Loja, criada por nove homens, é considerada como o embrião do Grande Oriente Brasileiro, criado em 1822. Tendo em vista que o Alvará Régio de 30 de março de 1818 proibiu o funcionamento no Brasil de sociedades secretas, esta Loja foi fechada e todos os seus livros queimados, conforme registrado na ata da sessão de

reinstalação. O reerguimento de colunas foi realizado em 24 de junho de 1821, constando da ata que a Loja passaria a adotar o título distintivo de Comércio e Artes na Idade do Ouro (FRANCIO, 2008; MOREL; SOUZA, 2008).

O Grande Oriente do Brasil

Nos meses iniciais de 1821, a ordem do dia nos meios maçônicos era a Independência do país. As agitações provocaram forte repressão imperial, sendo preso Joaquim Gonçalves Ledo, juntamente com outros membros da irmandade. Em abril de 1821, D. João VI voltou a Portugal, por exigência das Cortes, deixando como Regente seu filho D. Pedro de Alcântara. Nesse período, Gonçalves Ledo foi solto e retomou suas atividades na Loja Comércio e Artes, enquanto José Bonifácio aumentava sua influência na corte. Em setembro de 1821, as cortes portuguesas determinaram o retorno a Portugal do Príncipe Regente. Em 9 de janeiro do ano seguinte, após várias manifestações em prol da permanência do Príncipe no Brasil, D. Pedro proferiu o discurso do Fico (NAME, 2009).

Desse período, a Loja Comércio e Artes na Idade do Ouro pode ser considerada como a que deu origem ao Grande Oriente do Brasil, uma vez que, na sessão de 17 de junho de 1822, decidiu-se pela criação da Loja Esperança de Niterói e da Loja União e Tranquilidade, pelo desdobramento de seu quadro, realizado por sorteio. A partir dessas três Lojas formar-se-ia então o Grande Oriente Brasileiro, fundado em junho de 1822. Dessa Loja, eram membros Joaquim Gonçalves Ledo e o padre-mestre Januário da Cunha Barbosa, dois ilustres ativistas do processo de emancipação política brasileira (FRANCIO, 2008).

Na verdade, um primeiro Grande Oriente teria sido instalado em Salvador, em 1809, compondo-se de nove Lojas, sendo duas cariocas, três baianas e quatro pernambucanas. Apesar desse registro, os autores maçons costumam considerar como sendo primeiro o Grande Oriente Brasileiro (Brasílico ou Brasiliano), fundado em 1822, tendo em vista sua forte vinculação

com a Independência. Em 1816, também consta a instalação da Grande Loja Provincial, em Pernambuco, contando com quatro outras: Pernambuco do Oriente, Pernambuco do Ocidente, Guatimozin, e Restauração e Patriotismo, as quatro pernambucanas que compunham o Grande Oriente de Salvador (MOREL; SOUZA, 2008).

O Grande Oriente Brasileiro foi fundado em 17 de junho (ASLAN, 1997; NAME, 2009) ou 24 de junho de 1822 (MOREL; SOUZA, 2008), por 94 homens, entre eles José Bonifácio de Andrada e Silva e Joaquim Gonçalves Ledo, duas figuras maçônicas marcantes desse período. Bonifácio, adepto da Monarquia; Ledo, adepto da independência republicana, ambos podem ser considerados próceres de nossa Independência, ainda que entre eles houvesse grande divergência de ideais (ALMEIDA FILHO, 2005).

O maçom que presidiu os atos de instalação do GOB foi o Capitão João Mendes Viana, que posteriormente participou da Confederação do Equador, sendo por isso encarcerado durante sete anos. Nessa reunião, José Bonifácio de Andrada e Silva foi aclamado primeiro Grão-Mestre do Grande Oriente Brasileiro; Joaquim Gonçalves Ledo, o 1º Grande Vigilante; e o cônego Januário da Cunha Barbosa, o Grande Orador (MOREL; SOUZA, 2008; NAME, 2009).

Com o objetivo principal de lutar pela independência política do Brasil, as primeiras reuniões do GOB foram realizadas na clandestinidade. Nas atas de suas primeiras reuniões, consta que só se admitiria a iniciação de pessoas que se comprometessem com o ideal da Independência (SANTOS, A. E. et al., 2004).

Logo depois, o príncipe D. Pedro foi indicado para a Ordem, em 13 de julho de 1822, por proposta do Grão-Mestre José Bonifácio. Em seguida, foi iniciado em assembléia geral do Grande Oriente, no dia 2 de agosto de 1822, adotando o nome de Guatimozim (nome do último imperador asteca) e passando a fazer parte do quadro da Loja Comércio e Artes (ASLAN, 1997). Na sessão seguinte do Grande Oriente, realizada em 5 de agosto, por proposta de Joaquim Gonçalves Ledo, que ocupava a presidência, D. Pedro foi aclamado

Mestre Maçom. Em 4 de outubro do mesmo ano, na ausência de José Bonifácio, também por proposta de Ledo, D. Pedro foi também aclamado Grã-Mestre do GOB, pela sua condição de Príncipe Regente. A indicação de Gonçalves Ledo visava à neutralização de Bonifácio (MOREL; SOUZA, 2008).

Naquele período, quase todas as pessoas influentes junto a Dom Pedro eram maçons e também membros do Grande Oriente, única Obediência Maçônica então existente. No entanto, a rivalidade política entre eles era grande, o que provocou sérias disputas pelo poder. Com a Independência do Brasil, oficialmente proclamada em 12 de outubro de 1822 (MOREL; SOUZA, 2008), D. Pedro assumiu a condição de imperador, com o título de D. Pedro I. Um mês e meio depois, no dia 21 de outubro, D. Pedro I determinava “primo como Imperador, secundo como G.M.” a suspensão temporária do Grande Oriente, que acabou se mantendo em vigor durante todo seu reinado, encerrada com a abdicação ao trono em 7 de abril de 1831 e sua ida a Portugal (FRANCIO, 2008).

Já em 1830 os maçons do Rio de Janeiro procuravam retomar os trabalhos que estavam praticamente parados, tendo fundado o Grande Oriente Nacional Brasileiro e, posteriormente, grande Oriente do Passeio, utilizando o nome da rua onde tinha sede. Na verdade esse Grande Oriente só foi instalado em 24 de junho de 1831. Alguns meses depois, em 23 de novembro de 1831, seria instalado o Grande Oriente do Brasil, por um grupo de maçons remanescentes do primitivo Grande Oriente Brasílico, e que incorporou as Lojas do então extinto Grande Oriente do Passeio. Em consequência, durante 30 anos funcionaram no Rio de Janeiro dois Grandes Orientes, até que em 1861 o Grande Oriente do Passeio deixou de existir, sendo suas Lojas absorvidas pelo Grande Oriente do Brasil. Alguns autores ainda discutem sobre qual dos dois Grandes Orientes seria o sucessor do Grande Oriente Brasileiro, no entanto, o importante é assinalar que as histórias dos dois se entrelaçam e se confundem, tendo em vista que, naquele período, foi frequente a movimentação de Lojas e de obreiros de uma para outra Obediência (CASTELLANI, 1994).

Desde a sua criação, o Grande Oriente do Brasil sofreu diversas cisões, a maioria delas como consequência de disputas nas eleições. Até 1927, no entanto, todas as cisões ocorridas foram posteriormente reabsorvidas, com a reincorporação das Lojas ou maçons outrora dissidentes. Nesse ano é que viria a ocorrer a primeira grande cisão, que provocou a criação de uma nova Obediência (FRANCIO, 2008).

Até o ano da grande cisão, o Grande Oriente do Brasil era uma Potência Mista, adotando o nome de Supremo Conselho, que cuidava dos graus filosóficos, e Grande Oriente do Brasil, que cuidava dos graus simbólicos (aprendiz, companheiro e mestre), de modo que seu Grão-Mestre exercia o comando da Maçonaria Simbólica e também o dos altos graus, como Soberano Grande Comendador do Supremo Conselho do Rito Escocês (MOREL; SOUZA, 2008).

Após a cisão de 1927 e com uma nova Constituição, promulgada em 23 de maio de 1951, o Grande Oriente do Brasil passou a ser exclusivamente uma Potência Maçônica Simbólica, separado física e administrativamente do Supremo Conselho do Brasil para o Rito Escocês Antigo e Aceito. Hoje, o Grande Oriente do Brasil, com sede em Brasília, DF, é uma federação nacional de Grandes Orientes Estaduais, e de Lojas Simbólicas, desde 1978. Nos Estados e no Distrito Federal, as Lojas se agrupam em um Grande Oriente Estadual, organizado nos mesmos moldes do Poder Central do GOB. Assim, o Grão-Mestre estadual representa o Poder Executivo do Grande Oriente do Brasil em seu Estado, exercendo atribuições outorgadas pelo Grão-Mestre Geral. Na verdade, estes Grandes Orientes Estaduais são representações administrativas do Grande Oriente do Brasil, visando a facilitar o andamento dos processos num país de grande extensão territorial (GRANDE ORIENTE DO BRASIL, 2001a).

As Grandes Lojas Estaduais

Em 13 de julho de 1925, Mário de Carvalho Behring, que ocupava os cargos de Grão-Mestre e de Soberano Grande Comendador para o período 1922-1925, renunciou ao final de seu mandato no GOB, mas declarou que se mantinha como Soberano Grande Comendador do Supremo Conselho. Dessa forma, o maçom Vicente de Carvalho Neiva foi eleito Grão-Mestre do GOB, tendo Fonseca Hermes como adjunto. No entanto, Vicente Neiva logo veio a falecer em 18 de fevereiro de 1926, assumindo o Grão-Mestrado seu adjunto, Fonseca Hermes. O novo Grão Mestre era amigo de Mário Behring, o que facilitou a assinatura de um tratado, em 22 de outubro de 1926, que estabelecia a independência do Supremo Conselho. Menos de seis meses depois, a 21 de março de 1927, pressionado pela cúpula do GOB, Fonseca Hermes se licencia do cargo, e Octávio Kelly é empossado como Grão-Mestre Adjunto do GOB, assumindo o Grão-Mestrado em 6 de junho do mesmo ano (NAME, 2009).

Logo que assumiu o Grão-Mestrado, Octávio Kelly revogou o decreto assinado por Fonseca Hermes, que transformaria a Assembléia Geral do GOB em Constituinte, para adequar a constituição do GOB em acordo com o tratado assinado com o Supremo Conselho. Com isso, a 17 de junho de 1927, Mário Behring promoveu uma reunião com 13 dos 33 membros do Supremo Conselho, declarando o rompimento com o GOB. Para dar suporte ao Supremo Conselho do Rito Escocês, Mário Behring estimulou a criação das Grandes Lojas Estaduais, outorgando-lhes cartas constitutivas. Assim, logo surgiram as Grandes Lojas da Bahia, em 22 de maio de 1927; as Grandes Lojas do Rio de Janeiro, em 18 de junho de 1927; e as Grandes Lojas de São Paulo, em 2 de julho de 1927 (CASTELLANI, 1994).

Hoje, as Grandes Lojas Estaduais se configuram como Obediências Estaduais Independentes umas das outras, à semelhança do sistema norte-americano. Nesse caso, não há uma Grande Loja nacional, diferentemente do que ocorre no Grande Oriente do Brasil. Para facilitar as conversações, as Grandes Lojas Estaduais criaram uma entidade nacional denominada Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil - CMSB, que é presidida em rodízio anual pelos Grãos-Mestres das diversas Grandes Lojas Estaduais.

Em São Paulo, no dia 2 de julho de 1927, foi realizada a Sessão de Instalação da Grande Loja do Estado de São Paulo (GLESP), tendo sido designado Grão-Mestre Provisório o Irmão Carlos Reis, que permaneceu no cargo até 1931. Durante o Estado Novo, a Obediência permaneceu fechada por dois anos e nove meses, a partir de setembro de 1937, por imposição de Getúlio Vargas.

Em seus primeiros anos, a GLESP funcionou nas dependências da Loja Amizade. Depois, foi transferida para a Rua Pedro Lessa nº. 2, onde permaneceu de 1933 a 1936. Passou depois a funcionar na Rua General Osório nº. 141, no bairro de Santa Ifigênia. Em julho de 1940, depois do período de hibernação imposto pela ditadura, retomou suas atividades na rua Bresser nº. 1.145, no bairro do Brás, em dependências bastante precárias. Em 1949, foi transferida para o nº. 1.805 da mesma rua. Em 1950, o Grão-Mestre Alcides do Valle e Silva locou duas salas no Edifício do SESC, na Rua Riachuelo. Em 1953, conseguiu sua primeira sede própria, doada pela Loja Perfeita Amizade, na Rua São Bento nº. 405, 10º andar, no Prédio Martinelli. Em 1956, foi eleito Grão-Mestre o Irmão Francisco Rorato (1911 - 1983), responsável pela construção do atual Palácio Maçônico, na Rua São Joaquim nº. 138, no bairro da Liberdade, inaugurado em 1961.

Com o crescimento do número de Oficinas filiadas à GLESP, hoje ela se encontra presente praticamente em todo o Estado de São Paulo. Com a ampliação dos tratados de reconhecimento firmados com as Potências Maçônicas, a GLESP também conquistou o reconhecimento por parte da Grande Loja da Inglaterra (GRANDES LOJAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2011).

Os Grandes Orientes Independentes

Em 27 de maio de 1973, houve a última grande cisão no Grande Oriente do Brasil, que acarretou no surgimento dos Grandes Orientes Estaduais Independentes, congregando Lojas que discordaram dos resultados das

eleições para o Grão-Mestrado Geral. A cisão, a princípio, foi bastante significativa, no entanto, boa parte das Lojas que romperam com o Grande Oriente do Brasil retornaram à Obediência depois de alguns anos. Com as alterações havidas posteriormente, principalmente com relação à estrutura de poder no GOB, muitas das reclamações das Lojas ficaram superadas.

Hoje, há algumas centenas de Lojas vinculadas aos Grandes Orientes Independentes na maior parte dos Estados brasileiros, sendo cada um deles independente dos demais. Como no caso das Grandes Lojas Estaduais, pela necessidade de se ter um organismo nacional, também foi constituída uma entidade denominada Colégio de Grão-Mestres, que hoje se chama Confederação Maçônica Brasileira - COMAB, presidida em rodízio anual pelos Grãos-Mestres dos diversos Grandes Orientes Independentes.

No Estado de São Paulo, o Grande Oriente Paulista – GOP – é originário dessa divisão. Foi fundado em 04 de agosto de 1981, como Sociedade Civil de Direito Privado, transformada em entidade maçônica, por força de sua Constituição, aprovada na Assembleia Geral de 21 de maio de 1983. Seus fundadores foram Adib Geraldo Jabour, Antonio Pirolla, João Oscar Nelson, Jonas Andriani, José Caccaos, Maurício Möbst, Michel Kfourri, Nelson Garcez e Urbano França Canôas. Atualmente, o GOP conta com 248 Lojas, totalizando 7.402 maçons. Cinco são os ritos praticados, e assim distribuídos: Rito Escocês Antigo e Aceito (222 Lojas), Rito Moderno (14 Lojas), Rito de York (07 Lojas), Rito Brasileiro (02 Lojas) e Rito Adonhiramita (03 Lojas). Essas Lojas estão distribuídas em 51 Regiões Maçônicas e 16 Macrorregiões Litúrgicas no Estado (GRANDE ORIENTE PAULISTA, 2011).

As Grandes Lojas Unidas do Brasil

Há pouco mais de 10 anos, surgiram também as Grandes Lojas Unidas, em processo de formação em mais de uma dezena de estados brasileiros. Essas Lojas funcionam nos mesmos moldes das Grandes Lojas Estaduais e dos Grandes Orientes Independentes, vinculando-se nacionalmente através da

Confederação da Maçonaria Universal Unida no Brasil (COMUB), fundada a partir das Grandes Lojas Unidas do Brasil, em 28 de Julho de 2002, em Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul. Com a filiação de Obediências até então desconhecidas, já ocupam 17 estados do Brasil e também contam com algumas Obediências filiadas vindas de outros países, tais como Bolívia, Portugal e Itália.

O Relacionamento entre as Obediências

As Lojas filiadas ao Grande Oriente do Brasil, às Grandes Lojas Estaduais e aos Grandes Orientes Independentes trabalham regularmente segundo os preceitos universais da Ordem, seguindo o estabelecido pela Constituição de Anderson. Assim, as Potências ou Obediências brasileiras mantêm entre si relações cordiais e se relacionam de forma pragmática com as demais em funcionamento no país. De um modo geral, elas têm certo grau de parentesco, na medida em que são resultados de dissidências havidas dentro da Maçonaria brasileira. Também é fato que a maioria de seus atuais membros ingressou na Irmandade sem ter ideia de que no Brasil houvesse mais de uma Maçonaria, ou melhor, mais de uma Obediência.

Em acordo com os princípios de soberania territorial não poderia haver intervisitação de maçons dessas Obediências, mas a realidade tem mostrado que as Lojas dos três sistemas recebem frequentemente visitas de obreiros de outras Obediências, desde que a Loja a qual pertence o visitante seja considerada “regular”. Não são consideradas “regulares” as que se auto-intitulam de “Lojas livres”, ou ainda aquelas vinculadas a organizações da “maçonaria mista” ou “maçonaria feminina”.

O sentimento generalizado na Ordem é que, tendo as diferentes Obediências estruturas semelhantes e estando elas baseadas nos mesmos princípios, a fusão de todas as Potências numa única Federação Maçônica Nacional beneficiaria a Instituição, ou seja, a unificação da Maçonaria brasileira sob um único comando lhe daria mais força junto à sociedade.

Nessa realidade de várias maçonarias, é oportuno destacar as considerações de Lepage (1997) sobre a diferença entre a Maçonaria e suas Potências, ou seja, entre a Ordem e as Obediências. Com relação à Ordem, diz o autor, na sua essência, ela é metafísica; na sua manifestação, é tradicional. Para a Ordem, pode-se até usar a expressão que é bastante habitual entre maçons, dizendo que ela data de “tempos imemoriais”. As Obediências, ao contrário, são criações recentes. A primeira é universal, as segundas, sejam quais forem, são particularistas, influenciadas pelas condições sociais, religiosas, econômicas e políticas dos locais onde se desenvolvem. A Ordem é, por essência, indefinível e absoluta; a Obediência está sujeita a todas as variações da fraqueza congênita ao espírito humano.

Considerações finais

Com no mínimo três séculos de existência, a Maçonaria se espalhou por todo o mundo, congregando homens de diferentes raças, credos e posicionamentos políticos, sob o pretexto de aprimorá-los para a construção de uma sociedade mais humana e igualitária, na qual se possa viver com liberdade.

Crentes num ente supremo, o Grande Arquiteto do Universo, esses homens têm se reunido em suas Lojas, transmitindo a filosofia da Ordem aos que nela ingressam, através de rituais próprios de sua organização.

Há registros sobre a participação da Maçonaria em momentos importantes da história em diversas nações do mundo, seja pela participação institucional da entidade, seja por ações isoladas de homens e ela filiados. Analisando, ainda que brevemente, um pequeno fragmento da história da Maçonaria no Brasil, pode-se perceber a expressiva magnitude da Fraternidade. Com vários de seus ilustres membros na historiografia nacional, a Maçonaria já imprimiu sua marca no cenário brasileiro, tendo em vista sua participação em momentos importantes da história do Brasil, ora por ações institucionais, ora por atos individuais de seus membros.

Nessa história que já caminha para os trezentos anos, também se pode observar a complexidade dessa entidade, com suas várias Obediências e Ritos, com suas disputas internas e as cisões entre irmãos e/ou entre Lojas. Se de um lado essa multiplicidade de faces ou personalidades, cada uma delas correspondendo a uma interpretação por parte de seus membros, tira a Maçonaria do pedestal, posição propícia ao endeusamento, como a encaram alguns de seus membros, de outro a recoloca no mundo dos homens – local onde sempre esteve – humanizando-a, com as inevitáveis virtudes e contradições.

E essa condição não a diminui ou a desqualifica, nem tampouco desmerece seu ideário, ao contrário, dignifica-a, na medida em que se compreende que ela carrega em seus princípios os sonhos, as utopias e os nobres ideais do ser humano. Propondo-se a criar um novo homem, pela lapidação contínua de seu predecessor, a Maçonaria também se aperfeiçoa nesse processo de polimento humanizador. Recuperar e refletir sobre seus altivos princípios, questionar suas práticas e mudá-las quando necessário, são os itens que devem figurar cotidianamente na pauta da Irmandade, para que assim ela possa evoluir junto com a civilização, sem perder o melhor de sua essência.

Referências

ALMEIDA FILHO, J. C. A. **O Ensino Jurídico, a Elite dos Bacharéis e a Maçonaria do Séc. XIX**. 2005. 180 p. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro.

ASLAN, N. **História Geral da Maçonaria: fastos da Maçonaria Brasileira**. Londrina: A Trolha, 1997. 254 p.

BOUCHER, J. **A Simbólica Maçônica**. São Paulo: Pensamento, 1997. 400 p.

CAMINO, R. **Iniciação Maçônica**. São Paulo: Madras, 1996. 223 p.

CARVALHO, A. **Ritos & Rituais**. Londrina: A Trolha, 1993a. v. 1. 176 p.

CARVALHO, A. **Ritos & Rituais**. Londrina: A Trolha, 1993b. v. 2. 210 p.

CASTELLANI, J. **História do Grande Oriente de São Paulo**. Brasília: Grande Oriente do Brasil, 1994. 380 p.

COSTA, F. G. **Maçonaria na Universidade**. Londrina: A Trolha, 1994. 160 p.

FIGUEIREDO, R. **Dicionário de Maçonaria**. 4. ed. São Paulo: Pensamento, 1990. 550 p.

FRANCIO, M. F. História da Maçonaria no Brasil. **Revista Escudismo**, n. 18. mar/abr 2008. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/4108666/Revista-Escudismo-018>>. Acesso em: 25 mar. 2011.

GRANDE ORIENTE DO BRASIL. **Constituição do Grande Oriente do Brasil**. Brasília, 2001a. 70 p.

GRANDE ORIENTE DO BRASIL. **Regulamento Geral da Federação**. Brasília, 2001b. 94 p.

GRANDE ORIENTE PAULISTA. Disponível em: <<http://www.gop-sp.org.br>>. Acesso em: 31 mar. 2011.

GRANDES LOJAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://www.glesp.org.br>>. Acesso em: 31 mar. 2011.

JAKOBI, H. R. **Graus Simbólicos**: compêndio maçônico. Londrina: A Trolha, 2007. v. 2. 333 p.

KARG, B.; YOUNG, J. K. **O Ofício do Maçom**: o guia definitivo para o trabalho maçônico. São Paulo: Madras, 2007. 423 p.

KNIGHT, C.; LOMAS, R. **A Chave de Hiram**: faraós, franco-maçons, e a descoberta dos Manuscritos Secretos de Jesus. São Paulo: Landmark, 2004. 366 p.

LEPAGE, M. **História e Doutrina da Franco-Maçonaria**: a Ordem e as Obediências. São Paulo: Pensamento, 1997. 157 p.

MOREL, M.; SOUZA, F. J. O. **O Poder da Maçonaria**: a história de uma sociedade secreta no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. 259 p.

NAME, M. **Evolução Histórica da Maçonaria Brasileira**: história contemporânea do Grande Oriente do Brasil. Indaiatuba: Vitória. 351 p.

PELLEGRINO NETO, J. **Nossa Sublime Instituição Chave de Hiram**. Indaiatuba: Vitória, 2010. 496 p.

SANTOS, A. E. et al. **Manual Completo para Lojas Maçônicas**. São Paulo: Madras, 2004. 272 p.

SANTOS, S. D. **Dicionário Ilustrado de Maçonaria**. Rio de Janeiro: Essinger, 1984a. 266 p.

_____. **Maçonaria: Vultos, graus cavaleirescos e ritos**. Londrina: A Trolha, 1997b. 206 p.

SILVA, V. **A Participação da Loja Maçônica Perseverança III na Educação Escolar em Sorocaba: do final do Segundo Reinado ao final da Primeira República**. 2009. 107 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Sorocaba, Sorocaba.

TAVARES, M. R. **Entre a Cruz e o Esquadro: o debate entre a Igreja Católica e a Maçonaria na imprensa francana (1882-1901)**. 2006. 136 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista, Franca.

VIEIRA, M. E. **O Envolvimento da Maçonaria Fluminense no Processo de Emancipação do Reino do Brasil (1820 – 1822)**. 2001. 108 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

VILLANOVA, J. G. **Oficina de Aprendiz**. Três Rios: Três Rios, 1981. 215 p.